



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE RESOLUÇÃO**
N.º 83, DE 2007
(Do Sr. Maurício Rands)

Altera os artigos 50, 159, 177 e 193 do Regimento Interno, instituindo limites para a apreciação de requerimentos de adiamento de discussão e votação e de alteração na ordem dos trabalhos nas comissões.

DESPACHO:

DEVIDO AO ARQUIVAMENTO DO PRC 109/1992 NOS TERMOS DO ART. 105 DO RICD, DESAPENSE-SE DO PRC 109/1992 O PRC 65/2007 E O PRC 83/2007, E, EM SEGUIDA, APENSE-OS AO PRC 73/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(*) Atualizado em 01/03/2023 em virtude de novo despacho.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2007
(Do Sr. MAURÍCIO RANDS)

Altera os artigos 50, 159, 177 e 193 do Regimento Interno, instituindo limites para a apreciação de requerimentos de adiamento de discussão e votação e de alteração na ordem dos trabalhos nas comissões.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Os artigos 159, 163, 177 e 193 passam a vigorar com as alterações seguintes:

“Art. 159. (...)

.....

§ 4º (...)

.....

II – o requerimento de adiamento de discussão ou de votação será votado antes da proposição a que disser respeito, observado o disposto nos artigos 177, §2º e 193, §2º;

.....(NR)

.....

Art. 163. (...)

.....

VIII – o requerimento com a mesma, ou oposta, finalidade de outro já aprovado, e todos os requerimentos de adiamento de discussão ou votação de proposição para a qual outro já tenha sido objeto de deliberação. (NR)

Art. 177. (...)

.....

§ 2º Não se submeterá a votos mais de um requerimento de adiamento de discussão da mesma proposição, regulando-se a preferência pela ordem de apresentação.

.....(NR)

Art. 193. (...)

.....

§ 1º Não se submeterá a votos mais de um requerimento de adiamento de votação da mesma proposição, regulando-se a preferência pela ordem de apresentação.

§ 2º O adiamento da votação será concedido pelo prazo previamente fixado no respectivo requerimento, que não poderá ser superior a cinco sessões.

.....(NR)”

Art. 2º O art.50 do Regimento Interno passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual e o subsequente como §§ 3º e 4º, respectivamente:

“Art. 50. (...)

.....

§ 2º Quando o número de requerimentos de alteração na ordem dos trabalhos exceder a cinco, o Presidente poderá

aplicar, no que couber, o procedimento previsto nos §§ 1º a 3º do art. 160.

.....(NR)”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de resolução que estamos apresentando busca instituir alguns limites para a apreciação de requerimentos de adiamento de discussão e votação, bem como para a apreciação, no âmbito das comissões, dos requerimentos de alteração na ordem dos trabalhos, mais conhecidos na prática da Casa como “requerimentos de inversão de pauta”.

Mais recentemente pudemos testemunhar o quanto a falta de limite e o uso abusivo desse tipo de requerimento pode tumultuar e comprometer o bom andamento de uma reunião de comissão ou de uma sessão do Plenário. Muito embora se trate de instrumentos relevantes postos à disposição dos parlamentares, parece-nos que é preciso tornar sua apreciação mais criteriosa, de modo a não inviabilizar por completo, como vimos acontecer, a deliberação sobre os assuntos relevantes pendentes de decisão em cada um desses foros.

Não parece razoável, por exemplo, que a Presidência tenha de submeter a votos, seguidamente, um sem-número de requerimentos de adiamento de discussão ou votação relacionados à mesma proposição. Independentemente do prazo previsto em cada um deles para o adiamento, o fato é que tais requerimentos comungam de uma só finalidade – evitar que a discussão ou votação da matéria se faça naquele momento, naquela sessão. É esse o objeto central da deliberação quando se aprecia um requerimento dessa natureza, e não o prazo, em si mesmo, do adiamento. Decidindo-se pela rejeição de um deles, todos os similares deverão recair em situação de prejudicialidade, uma vez que a proposta de adiamento já terá sido rejeitada, não podendo vir a ser objeto de nova deliberação.

Com o mesmo espírito, estamos propondo a aplicação, no âmbito das comissões, de regra que hoje já regula em Plenário a deliberação sobre requerimentos de inversão de pauta. Sabemos que a praxe acabou por consagrar uma liberalidade muito grande na admissibilidade desses requerimentos nas comissões, mas o fato é que, se em muitos casos tais requerimentos servem legitimamente aos interesses daqueles membros que querem apenas dar agilidade à apreciação dos itens em que tenham maior interesse, em alguns são apresentados com o intuito evidente de tumultuar os trabalhos e obstruir a pauta, impedindo que o órgão venha efetivamente a apreciar os itens que, pela organização original da Presidência e de acordo com os critérios regimentais, deveriam ter prioridade na apreciação.

Acreditamos, assim, que dotar o Presidente da comissão da faculdade de, no caso de recebimento de mais de cinco requerimentos de inversão, consultar genericamente o respectivo plenário sobre a possibilidade ou não de se alterar a ordem dos trabalhos e, só em caso positivo, submeter a votos cada um dos requerimentos de inversão apresentados é regra que, a nosso ver, contribuirá para evitar que tais requerimentos sejam usados de forma mais parcimoniosa e responsável, inibindo abusos e desvirtuamentos.

Esses, em síntese, os principais pontos de alteração regimental que propomos por meio da apresentação do projeto de resolução em apreço, para cuja aprovação no âmbito da Câmara dos Deputados esperamos contar com o apoio de nossos nobre Pares.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado MAURÍCIO RANDS

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**REGIMENTO INTERNO
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

.....
**TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**
.....

.....
**CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES**
.....

**Seção VIII
Dos Trabalhos**

**Subseção I
Da Ordem dos Trabalhos**
.....

Art. 50. Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de, pelo menos, metade de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria sujeita a deliberação ou se a reunião se destinar a atividades referidas no inciso III, alínea a, deste artigo, e obedecerão à seguinte ordem:

I - discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - expediente:

a) sinopse da correspondência e outros documentos recebidos e da agenda da Comissão;

b) comunicação das matérias distribuídas aos Relatores;

** Alínea b adaptada aos termos da Resolução nº 58, de 1994.*

III - Ordem do Dia:

a) conhecimento, exame ou instrução de matéria de natureza legislativa, fiscalizatória ou informativa, ou outros assuntos da alçada da Comissão;

b) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;

c) discussão e votação de proposições e respectivos pareceres sujeitos à aprovação do Plenário da Câmara;

d) discussão e votação de projetos de lei e respectivos pareceres que dispensarem a aprovação do Plenário da Câmara.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, para tratar de matéria em regime de urgência, de prioridade ou de tramitação ordinária, ou ainda no caso de comparecimento de Ministro de Estado ou de qualquer autoridade, e de realização de audiência pública.

§ 2º Para efeito do quorum de abertura, o comparecimento dos Deputados verificar-se-á pela sua presença na Casa, e do quorum de votação por sua presença no recinto onde se realiza a reunião.

§ 3º O Deputado poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão de que não seja membro.

Art. 51. As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos seus trabalhos, observadas as normas fixadas neste Regimento e no Regulamento das Comissões, bem como ter Relatores e Relatores substitutos previamente designados por assuntos.

TÍTULO V DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO IX DA PREFERÊNCIA

Art. 159. Denomina-se preferência a primazia na discussão, ou na votação, de uma proposição sobre outra, ou outras.

§ 1º Os projetos em regime de urgência gozam de preferência sobre os em prioridade, que, a seu turno, têm preferência sobre os de tramitação ordinária e, entre estes, os projetos para os quais tenha sido concedida preferência, seguidos dos que tenham pareceres favoráveis de todas as Comissões a que foram distribuídos.

§ 2º Haverá entre os projetos em regime de urgência a seguinte ordem de preferência:

- I - declaração de guerra e correlatos;
- II - estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal nos Estados;
- III - matéria considerada urgente;
- IV - acordos internacionais;
- V - fixação dos efetivos das Forças Armadas.

§ 3º Entre os projetos em prioridade, as proposições de iniciativa da Mesa ou de Comissões Permanentes têm preferência sobre as demais.

§ 4º Entre os requerimentos haverá a seguinte precedência:

I - O requerimento sobre proposição em Ordem do Dia terá votação preferencial, antes de iniciar-se a discussão ou votação da matéria a que se refira;

II - o requerimento de adiamento de discussão, ou de votação, será votado antes da proposição a que disser respeito;

III - quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação ou, se simultâneos, pela maior importância das matérias a que se reportarem;

IV - quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente, e a adoção de um prejudicará os demais, o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

Art. 160. Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre as do mesmo grupo.

§ 1º Quando os requerimentos de preferência excederem a cinco, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia.

§ 2º Admitida a modificação, os requerimentos serão considerados um a um na ordem de sua apresentação.

§ 3º Recusada a modificação na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência apresentados, não se recebendo nenhum outro na mesma sessão.

§ 4º A matéria que tenha preferência solicitada pelo Colégio de Líderes será apreciada logo após as proposições em regime especial.

CAPÍTULO X DO DESTAQUE

Art. 161. Poderá ser concedido, mediante requerimento aprovado pelo Plenário, destaque para:

I - votação em separado de parte de proposição, desde que requerido por um décimo dos Deputados ou Líderes que representem esse número;

II - votação de emenda, subemenda, parte de emenda ou de subemenda;

III - tornar emenda ou parte de uma proposição projeto autônomo;

IV - votação de projeto ou substitutivo, ou de parte deles, quando a preferência recair sobre o outro ou sobre proposição apensada;

V - suprimir, total ou parcialmente, dispositivo de proposição.

§ 1º Não poderá ser destacada a parte do projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões que não tenha sido objeto do recurso previsto no § 2º do art. 132, provido pelo Plenário;

§ 2º Independerá de aprovação do Plenário o requerimento de destaque apresentado por bancada de Partido, observada a seguinte proporcionalidade:

- de 05 até 24 Deputados: um destaque;

- de 25 até 49 Deputados: dois destaques;

- de 50 até 74 Deputados: três destaques;

- de 75 ou mais Deputados: quatro destaques.

** Artigo 161 com redação dada pela Resolução nº 5, de 1996.*

Art. 162. Em relação aos destaques, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes ou emendas;

II - antes de iniciar a votação da matéria principal, a Presidência dará conhecimento ao Plenário dos requerimentos de destaque apresentados à Mesa;

** Inciso II com redação dada pela Resolução nº 5, de 1996.*

III - não se admitirá destaque de emendas para constituição de grupos diferentes daqueles a que, regimentalmente, pertençam;

IV - não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

V - o destaque será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo;

VI - concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada, que somente integrará o texto se for aprovada;

VII - a votação do requerimento de destaque para projeto em separado precederá a deliberação sobre a matéria principal;

VIII - o pedido de destaque de emenda para ser votada separadamente, ao final, deve ser feito antes de anunciada a votação;

IX - não se admitirá destaque para projeto em separado quando a disposição a destacar seja de projeto do Senado, ou se a matéria for insuscetível de constituir proposição de curso autônomo;

X - concedido o destaque para projeto em separado, o Autor do requerimento terá o prazo de duas sessões para oferecer o texto com que deverá tramitar o novo projeto;

XI - o projeto resultante de destaque terá a tramitação de proposição inicial;

XII - havendo retirada do requerimento de destaque, a matéria destacada voltará ao grupo a que pertencer;

XIII - considerar-se-á insubsistente o destaque se, anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, o Autor do requerimento não pedir a palavra para encaminhá-la, voltando a matéria ao texto ou grupo a que pertencia;

XIV - em caso de mais de um requerimento de destaque, poderão os pedidos ser votados em globo, se requerido por Líder e aprovado pelo Plenário.

CAPÍTULO XI DA PREJUDICIALIDADE

Art. 163. Consideram-se prejudicados:

I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado, ou rejeitado, na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal;

II - a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania;

** Inciso II com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004.*

III - a discussão ou a votação de proposição apensa quando a aprovada for idêntica ou de finalidade oposta à apensada;

IV - a discussão ou a votação de proposição apensa quando a rejeitada for idêntica à apensada;

V - a proposição, com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado, ressalvados os destaques;

VI - a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

VII - a emenda em sentido absolutamente contrário ao de outra, ou ao de dispositivo, já aprovados;

VIII - o requerimento com a mesma, ou oposta, finalidade de outro já aprovado.

Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

I - por haver perdido a oportunidade;

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

§ 1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, sendo o despacho publicado no Diário da Câmara dos Deputados.

§ 2º Da declaração de prejudicialidade poderá o Autor da proposição, no prazo de cinco sessões a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subsequente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

** § 2º com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004.*

§ 3º Se a prejudicialidade, declarada no curso de votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania será proferido oralmente.

** § 3º com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004.*

§ 4º A proposição dada como prejudicada será definitivamente arquivada pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO XII DA DISCUSSÃO

Seção III Do Adiamento da Discussão

Art. 177. Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, por prazo não superior a dez sessões, mediante requerimento assinado por Líder, Autor ou Relator e aprovado pelo Plenário.

§ 1º Não admite adiamento de discussão a proposição em regime de urgência, salvo se requerido por um décimo dos membros da Câmara, ou Líderes que representem esse número, por prazo não excedente a duas sessões.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

§ 3º Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma matéria, só o será novamente ante a alegação, reconhecida pelo Presidente da Câmara, de erro na publicação.

Seção IV Do Encerramento da Discussão

Art. 178. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por deliberação do Plenário.

§ 1º Se não houver orador inscrito, declarar-se-á encerrada a discussão.

§ 2º O requerimento de encerramento de discussão será submetido pelo Presidente a votação, desde que o pedido seja subscrito por cinco centésimos dos membros da Casa ou Líder que represente este número, tendo sido a proposição discutida pelo menos por quatro oradores. Será permitido o encaminhamento da votação pelo prazo de cinco minutos, por um orador contra e um a favor.

§ 3º Se a discussão se proceder por partes, o encerramento de cada parte só poderá ser pedido depois de terem falado, no mínimo, dois oradores.

CAPÍTULO XIII DA VOTAÇÃO

Seção V Do Adiamento da Votação

Art. 193. O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser solicitado antes de seu início, mediante requerimento assinado por Líder, pelo Autor ou Relator da matéria.

§ 1º O adiamento da votação só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado, não superior a cinco sessões.

§ 2º Solicitado, simultaneamente, mais de um adiamento, a adoção de um requerimento prejudicará os demais.

§ 3º Não admite adiamento de votação a proposição em regime de urgência, salvo se requerido por um décimo dos membros da Câmara, ou Líderes que representem este número, por prazo não excedente a duas sessões.

CAPÍTULO XIV DA REDAÇÃO DO VENCIDO, DA REDAÇÃO FINAL E DOS AUTÓGRAFOS

Art. 194. Terminada a votação em primeiro turno, os projetos irão à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para redigir o vencido.

**Art. 194, caput, com redação adaptada à Resolução nº 20, de 2004.*

Parágrafo único. A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em primeiro turno, sem emendas.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
